

A atualidade da Economia Política marxista*

ALFREDO SAAD FILHO**

Quando comecei a ler *O capital* pela primeira vez, há muitos anos, esperava que o livro me revelasse os segredos do capitalismo mostrando coisas que, a princípio, não poderia nem imaginar. Implicitamente, eu estava tratando *O capital* como um livro de profecias.

Claro que isso é errado. A Economia Política marxista não oferece segredos aos seus iniciados. O que ela oferece são *conexões* entre aspectos da realidade que outras teorias sociais tendem a analisar separadamente. Usando a Economia Política Marxista é possível perceber relações sistêmicas entre as sociedades, dentro de cada sociedade e, através da história, tal utilização permite a explicação da existência das classes, da exploração, do progresso técnico, do imperialismo, do neoliberalismo e de toda uma série de estruturas, processos e relações que não são imediatamente evidentes. Em contraste, teorias ortodoxas (por exemplo, a economia neoclássica) utilizam modelos discretos construídos com conceitos intercambiáveis, como “bloquinhos de lego”, como se a realidade fosse uma aglomeração de elementos ligados apenas externamente e de forma contingente. Isso limita analiticamente essas teorias, tornando-as pouco interessantes.

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VI Colóquio Internacional Marx-Engels, organizado pelo Cemarx/Unicamp em novembro de 2009.

** Departamento de Estudos do Desenvolvimento (SOAS), Universidade de Londres (e-mail: as59@soas.ac.uk).

Método

O potencial superior da teoria marxista deve-se ao fato de ela reconhecer que a realidade é um todo concreto que determina os seus momentos, enquanto a maioria das teorias sociais presume o contrário. Na teoria marxista, entender a realidade é o processo de reconstruir no pensamento – ou apropriar-se conceitualmente de – as estruturas e relações *reais* de determinação entre o concreto e seus momentos. Essa análise sistemática, procedendo em níveis sucessivamente mais complexos e concretos, permite iluminar as relações entre diferentes aspectos da realidade através da introdução ordenada de conceitos que expressam essas relações.

Esse procedimento é típico da dialética materialista desenvolvida por Evald Ilyenkov (1977, 1982).¹ A dialética materialista supera as oposições artificiais na textura do concreto e ajuda a identificar as relações sistêmicas (a unidade) que sustentam os momentos da realidade. Ela também permite identificar conexões estruturadas e historicamente específicas onde elas não são evidentes, o que poderia sugerir às teorias não dialéticas que análises separadas seriam suficientes. Isso é muito útil do ponto de vista das ciências sociais, mas evidentemente esse procedimento é incompatível com as profecias.

Apesar de a dialética ter um papel central na crítica da Economia Política, Marx nunca escreveu em detalhe sobre seu método. E. P. Thompson estava certo ao comentar que isso não se deveu a negligência de Marx – o fato é que o seu método não existe no plano do abstrato, como um conjunto de regras formais de pensamento ou apresentação.² O método de Marx só existe como uma prática concreta, e através da análise de problemas específicos. Evidentemente, é possível extrair regularidades a partir de uma leitura metodológica de *O capital* ou dos *Grundrisse*, o que a dialética sistemática busca rigorosamente fazer (Arthur, 1997, 2000; Smith, 1990). Entretanto, isso não é a mesma coisa que derivar um conjunto de princípios filosóficos rígidos (que não existem em Marx), e esse esforço é intrinsecamente limitado porque os métodos de investigação e de exposição de Marx eram, na prática, muito flexíveis (Saad Filho, 2002).

Essa conclusão é importante porque o marxismo, como qualquer teoria social, não tem acesso imediato ou privilegiado à verdade e não oferece respostas prontas para os problemas da atualidade. A análise marxista oferece um instrumental de estudo e espera-se que ela seja um guia para a ação, mas o marxismo não basta para construir a realidade. Esperar o contrário seria um hegelianismo não per-

1 Cf. também Fine e Saad Filho (2010) e Saad Filho (2002).

2 “Frequentemente nos disseram que Marx tinha um ‘método’ (...) e que este constitui a *essência* do marxismo. Portanto, é estranho que (...) Marx nunca tenha escrito sobre essa *essência*. Marx deixou muitos cadernos de notas. Marx era acima de tudo um trabalhador intelectual consciente e responsável. Se ele tivesse achado a chave do universo, ele teria separado um dia ou dois para escrever sobre isso. Podemos concluir que se ele não o fez foi *porque ela não pode ser escrita*, não mais que Shakespeare ou Stendhal poderia ter reduzido sua arte a uma dica. Pois não se trata de um método, mas de uma prática, e uma prática aprendida ao praticar. Portanto, nesse sentido, a dialética nunca pode ser formalizada, nem aprendida de cor”. (Thompson, 1978, p.306)

mitido para uma teoria materialista. Entretanto, essa flexibilidade metodológica não implica que a Economia Política marxista seja desestruturada. Ao contrário, ela é articulada de maneira firme e rigorosa, não por categorias hegelianas, mas por categorias do *valor*.

Valor

O valor não é um conceito simples, e a teoria marxista do valor é discutida não apenas entre defensores e críticos de Marx, mas também em torno de interpretações divergentes do que Marx *realmente* quis dizer.³

A teoria do valor não se baseia na noção economicista e a-histórica do trabalho embutido, como aparece na maior parte da literatura anglo-saxã. Ao contrário, a teoria do valor liga a Economia Política a noções fundamentais: que as classes do capital e do trabalho dividem-se em torno de conflitos na produção, os quais antecedem as considerações distributivas; que a acumulação é um imperativo no capitalismo e que ela procede por caminhos definidos. Essas noções fundamentais indicam que não se pode aplicar ou desenvolver a Economia Política marxista senão a partir da teoria do valor e constantemente verificando o progresso da análise frente às suas categorias, mesmo que apenas implicitamente.

Isso garante a integridade e o poder analítico da Economia Política marxista, além do potencial para explicar aspectos sistêmicos do capitalismo que outras escolas de pensamento têm dificuldade em analisar. Isso inclui não apenas grandes categorias históricas, como o capitalismo ou o neoliberalismo, mas também a natureza do progresso técnico, o crescimento da classe assalariada, a dinâmica da desigualdade, o desenvolvimento desigual e combinado, as crises, e assim por diante.

Uma teoria de classe

O argumento desenvolvido até aqui pode ser resumido em quatro princípios. Primeiro, em contraste com o idealismo hegeliano, o método de Marx não se baseia em derivações conceituais. A limitação básica do raciocínio conceitual é que é impossível demonstrar porque as relações evoluindo na cabeça do analista devem existir no mundo real. Colocado de outra forma: a realidade é formada pela estrutura social e por tendências e contratendências que podem ser derivadas dialeticamente, e por contingências determinadas historicamente que não podem ser derivadas. Não é possível antecipar o resultado da interação entre elas. O reconhecimento de que as contingências históricas pertencem ao método de estudo – ou seja, de que a lógica e a história são inseparáveis – não é uma concessão ao empirismo. É apenas a constatação de que a realidade não pode ser reduzida a um sistema de conceitos.

3 Para resenhas críticas da literatura, ver Fine e Saad Filho (2010; 2002). A análise seguinte baseia-se nas conclusões desses estudos.

Segundo, a análise marxista é estruturada pelas relações entre teoria e história – permitindo o estudo das condições materiais da reprodução social, incluindo o que é produzido e como – e as estruturas sociais, econômicas e políticas, sustentando o modo de produção, especialmente as modalidades de exploração. Essa é a definição de Economia Política oferecida por Engels no *Anti-Dühring*, que naturalmente transcende a compartimentalização das ciências sociais:

A Economia Política (...) é a ciência das leis governando a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana... As condições nas quais as pessoas produzem e trocam variam entre os países e, em cada um deles, entre as gerações. A Economia Política (...) não pode ser idêntica para todos os países e épocas históricas (...) A Economia Política é, portanto, *uma ciência histórica*. (Engels, 1998)

Terceiro, os fenômenos sociais existem apenas em seu contexto histórico – e somente assim podem ser entendidos. Generalizações trans-históricas são normalmente vazias ou inválidas. Os conceitos devem ser identificados a partir de sociedades específicas e perdem a validade, ou pelo menos a vitalidade, se forem empurrados para além de seus limites sociais e históricos.

Quarto, a Economia Política marxista explica a estrutura e a dinâmica do capitalismo, e ela pode ajudar a identificar os pontos de tensão no tecido histórico. Isso apoia tanto estudos empíricos quanto conclusões políticas, sugerindo onde a pressão política pode facilitar as transformações sociais.

Nada disso implica que a análise marxista oferece uma chave mágica para a análise ou a ação. O marxismo foi usado desde o final do século XIX por movimentos sociais e políticos que alcançaram sucessos muito importantes, frequentemente a um custo elevadíssimo. Ele também foi usado como justificativa para crimes terríveis. Essa herança ambivalente é o destino de todas as teorias influentes. Mas, em contraste com outras teorias sociais, o marxismo oferece um aparato conceitual e teórico que pode ser usado para avaliar as suas próprias experiências, informar a sua renovação e apoiar movimentos progressistas e transformadores no século XXI.

Essa interpretação de classe da Economia Política marxista conecta formas complexas, como preços, lucros, capital portador de juros, neoliberalismo e assim por diante a determinantes abstratos e analiticamente simples, especialmente as formas sociais do trabalho e da exploração, permitindo a análise da dialética da reprodução e das mudanças sociais em níveis de complexidade crescentes. Essa interpretação é ortodoxa no sentido de Lukács, porque ela segue o método de Marx, mas ela não presume que cada rabisco de Marx esteja certo ou que cada silêncio seja uma condenação. Nesse sentido, Agnes Heller estava certa ao enfatizar que “não existe uma interpretação de Marx que não possa ser contradita por citações do próprio Marx. O que me interessa é a tendência principal do seu pensamento” (1976, p.22).

O valor em nível mais complexo

Retornemos à teoria do valor. O seu desenvolvimento em níveis de complexidade crescente permite a incorporação de diferenças na classe capitalista (por setor, produtividade e por frações industriais, mercantis e portadoras de juros), bem como na classe trabalhadora (por qualificações, entre empregados ou não, e por gênero, etnia, nacionalidade e assim por diante). Refinamentos analíticos como esses são essenciais porque a relação capital-trabalho não pode nos informar diretamente sobre a realidade concreta. Entretanto, as relações de classe oferecem a base analítica para o exame das estruturas e processos da reprodução social, das formas políticas, ideológicas, socioeconômicas e estatais através das quais operam esses processos capitalistas.

Além dessas relações verticais, a teoria do valor também permite analisar três tipos de relações horizontais entre os capitais. Primeiro, as de concorrência, que podem ser de três tipos. A *concorrência dentro de cada setor* explica o progresso técnico, o poder de mercado e as forças que levam à diferenciação das taxas de lucro individuais. No nível do capital em geral, o progresso técnico é impulsionado pelos imperativos da exploração de classe e do controle social, e esses determinantes sociais e individuais podem entrar em conflito, desestabilizando a acumulação. A *concorrência entre os setores* explica a migração dos capitais, a financeirização e a tendência à igualação das taxas de lucro na economia. Por fim, a *concorrência internacional* explica o comércio exterior, o imperialismo e o desenvolvimento desigual e combinado.

Nesse ponto, vale fazer uma breve digressão. A análise feita sugere um equívoco na seguinte passagem do *Manifesto comunista*:

A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações (...) para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China (...) [Ela] compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, i. é, a tornarem-se burguesas. Em uma palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem. (Marx e Engels, 1977)

A noção de que a difusão do capitalismo deve-se ao fato de a produção capitalista ter derrotado competitivamente as formas pré-capitalistas é inadequada porque essa difusão foi primariamente um processo *político e militar* (e não econômico-competitivo), no qual Estados e classes dominantes não capitalistas tiveram que inventar estratégias de adaptação e reprodução para defender sua existência num contexto de desvantagem militar frente aos Estados capitalistas, inicialmente o Reino Unido e, depois, principalmente os Estados Unidos.

Essas estratégias alternativas à colonização e ao “livre-comércio” forçado incluíram a intensificação das relações domésticas de exploração e a construção de um aparato repressivo para a mobilização fiscal e militar, como na Rússia imperial, a adoção de políticas neomercantilistas e imperialistas no Japão ou, alternativamente, o socialismo soviético que, retrospectivamente, pode ser visto como uma estratégia radical de acumulação primitiva e modernização de choque.

Essa abordagem sugere que o fator mais importante na transição capitalista não é o crescimento econômico, mas a reorganização das relações sociais; que o progresso técnico não depende da adoção de métodos capitalistas; e, num plano mais amplo, que o desenvolvimento capitalista não é uma condição necessária para o progresso social. Em outras palavras, a questão central para os marxistas não é como usar o desenvolvimento capitalista para alavancar a transformação social – o que facilmente poderia deslizar rumo ao elogio da burguesia nacional ou à subordinação ao imperialismo.⁴ O problema principal é *entender o desenvolvimento como um processo político e como direcioná-lo num rumo democrático* enquanto, ao mesmo tempo, se buscam formas de impor *mudanças fundamentais* nas relações de classe.

Fechando esta digressão, os três tipos de concorrência mencionados (em cada setor, entre setores rivais e entre as nações) não podem ser somados linearmente para atingir resultados estáticos, do tipo equalização das taxas de lucro ou concentração total do capital. Esses tipos de concorrência pertencem a níveis de abstração distintos, e sua interação e as pressões dos trabalhadores permitem explicar a dinâmica do capitalismo, inclusive a tendência para a redução da quantidade de trabalho na produção, que Marx representou como a lei da tendência decrescente da taxa de lucro, e que ele analisou simultaneamente com as contratendências (Fine e Saad Filho, 2010).

O segundo tipo de relação horizontal entre os capitais é capturado pela teoria da globalização. A teoria marxista pode contribuir nessa área transcendendo a oposição entre as esferas locais, nacionais e globais que estrutura a maioria das análises convencionais. Essa oposição é errada porque essas esferas não se excluem. Ao contrário, o local, o nacional e o global constituem-se mutuamente e só podem ser entendidos através dessas relações (Saad Filho, 2002).

Dissolvendo essas oposições artificiais, a análise marxista pode sugerir que a produção e as finanças capitalistas sempre foram “internacionais”, que o comércio de longa distância frequentemente foi mais importante para o desenvolvimento econômico e social que as trocas entre vizinhos e que o capitalismo originalmente desenvolveu-se em nível local, regional e internacional *ao mesmo tempo*. Por fim, na chamada “era da globalização” o Estado nacional permanece central, não só por razões históricas, mas também porque nenhuma outra instituição pode impor

4 O exemplo clássico desse deslize é oferecido por Warren (1980). Para uma crítica, ver Kiely (1995).

a ordem social, as relações de propriedade, os contratos e a estabilidade política, essenciais que são para a acumulação (Wood, 2003). Tudo isso reforça a noção marxista de que o capital não é nem nacional nem internacional. Ele é uma relação entre pessoas e não há nada intrinsecamente nacional ou global nas instituições, na produção ou nas práticas capitalistas.

O terceiro tipo de relação horizontal a ser mencionado é entre o capital industrial e o capital portador de juros (ou entre o capital produtivo e as finanças). Aqui, a análise marxista indica que a acumulação de capital envolve a interação entre diferentes tipos de concorrência, apoiada pelo sistema financeiro. O conflito entre as forças de extração, realização e acumulação de mais-valia é a principal alavanca da socialização da produção, e a maior causa da instabilidade sistêmica. Dessa forma, o marxismo demonstra, em contraste com as outras teorias sociais, que o capitalismo é o modo de produção *mais eficiente* até hoje e, ao mesmo tempo, o modo de produção *mais instável e destrutivo* da história.

Tendencialmente, Marx argumenta que a concorrência, o aumento da produtividade e a socialização da produção destroem a base social da produção capitalista. Por exemplo, elas permitem a redução radical da jornada de trabalho e a automação das tarefas perigosas ou repetitivas. Entretanto, esse potencial é irrelevante para o capitalismo, que perpetua o trabalho alienado para maximizar a extração de mais-valia. Nesse sentido, as barreiras para a emancipação social são *humanas*, e não tecnológicas. Marx espera que, em algum momento, a maioria rejeite esses limites sociais à realização do seu potencial individual e coletivo, mas isso pertence ao futuro.

O marxismo e a atualidade

Até agora, a Economia Política marxista é a única teoria do capitalismo com uma avaliação sistemática da dinâmica das crises. Isso não sugere que o marxismo tenha uma teoria geral da crise – algo impossível, porque as crises são complexas demais, concretas demais e historicamente específicas demais para caber numa fôrma. Na prática, a crise explode quando a produção desenvolve-se além das possibilidades de lucro. Isso pode ocorrer pelas mais diversas razões e o que importa para a explicação das crises individuais é como essa causa subjacente, a subordinação da produção de valores de uso à produção de mais-valia, se manifesta através das desproporções, superprodução, subconsumo e queda da taxa de lucro (Clarke, 1994). Essas últimas, ao invés de teorias rivais da crise, podem ser mais bem apreciadas como *aspectos* da análise marxista das crises.

Outro aspecto estrutural do capitalismo é a degradação ambiental. Aqui o marxismo é frequentemente acusado de privilegiar o social à custa da natureza, de subestimar o potencial das reformas no capitalismo, ou até de rejeitar a análise da natureza devido ao seu suposto economicismo. Ignora-se que Marx falou bastante sobre temas ambientais, embora raramente de forma direta (Bellamy Foster, 2002; 2009; Benton, 1996; Burkett, 1999; 2003).

O ambiente deve ser entendido primariamente em termos das relações ambientais típicas do capitalismo. Essa abordagem rejeita a noção de um conflito trans-histórico entre sistemas ecológicos e sociais, ou entre “a economia” e “o ambiente”. No capitalismo, a busca do lucro e o aumento da composição orgânica do capital geram uma tendência de processamento de quantidades cada vez maiores de insumos, necessidades crescentes de recursos energéticos e minerais e de produção de resíduos sem consideração pelo seu impacto ambiental. Entretanto, o sistema de produção também gera contratendências, através do progresso técnico e da regulamentação estatal, que permitem limitar e reverter parcialmente essa degradação. Para entender esses processos e seus limites em cada caso é preciso fazer uma análise detalhada, setorial e histórica, e não essencialista, dos diferentes aspectos da crise ambiental.

Conclusão

A Economia Política marxista pode ser extremamente relevante para a época atual, especialmente se ela for desenvolvida em bases metodológicas sólidas. Para isso, ela deve partir das relações de classe que constituem o capitalismo, para reconstruir o sistema analiticamente, em níveis de complexidade crescentes, incorporando produção, distribuição e troca, e os campos socioeconômicos e culturais, de modo a revelar como as estruturas e práticas socioeconômicas e políticas se reproduzem e transformam em cada contexto histórico. Essa abordagem teórica é necessariamente dinâmica, e ela naturalmente busca identificar as tendências (forças) subjacentes, e examinar a sua interação com as contratendências em termos de resultados complexos, ao invés de impor um equilíbrio ideal entre elas. Por fim, os limites da análise abstrata devem ser reconhecidos e o material historicamente específico incorporado, refletindo resultados históricos, como os estágios do capitalismo, e aspectos mais concretos, como as relações nacionais entre a indústria e as finanças, as relações de classe, o papel dos movimentos sociais, e assim por diante.

Ao fazer isso, a Economia Política marxista pode ajudar a superar a fragmentação das experiências de exploração, e demonstrar que a produção capitalista necessariamente envolve conflitos sociais na produção e na distribuição. Ela também pode informar ações práticas para superar esse modo de produção, não apenas através do trabalho teórico consistente, mas especialmente, e de forma urgente, para articular a possibilidade da liberdade humana e da sobrevivência biológica frente à catastrófica degradação ambiental promovida pelo capitalismo.

A remoção dessas limitações permitirá que a humanidade saia da pré-história (Marx, 1987), porque ficaremos livres da ditadura da riqueza, da pobreza devido à grande propriedade, e da desigualdade gerada pelo privilégio econômico. *A igualdade econômica é necessária para a construção da igualdade política.* Essa é uma condição para que todos possam ser igualmente membros da sociedade, e possam aspirar à realização do seu potencial. Em todos esses sentidos, não existe teoria mais atual do que a marxista.

Referências bibliográficas

- ARTHUR, C. Against the Logical-Historical Method: Dialectical Derivation versus Linear Logic. In: MOSELEY, F.; CAMPBELL, M. (orgs.) *New Investigations of Marx's Method*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1997.
- ARTHUR, C. From the Critique of Hegel to the Critique of Capital. In: T. Burns, T.; Fraser, I. (orgs.) *The Hegel-Marx Connection*. Londres: Macmillan, 2000.
- BELLAMY FOSTER, J. *Ecology against Capitalism*. Nova York: Monthly Review Press, 2002.
- . *The Ecological Revolution: Making Peace with the Planet*. Nova York: Monthly Review Press, 2009.
- BENTON, T. (ed.) *The Greening of Marxism*. Londres: The Guilford Press, 1996.
- BURKETT, P. *Marx and Nature: A Red and Green Perspective*. Nova York: St Martin's Press, 1999.
- . Capitalism, Nature and the Class Struggle. In: SAAD FILHO, A. (org.) *Anti-Capitalism: A Marxist Introduction*. Londres: Pluto Press, 2003.
- CLARKE, S. *Marx's Theory of Crisis*. Londres: Macmillan, 1994.
- ENGELS, F. Anti-Dühring. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Classics in Politics* (CD-Rom). Londres: The Electric Book Company, 1998.
- FINE, B.; SAAD FILHO, A. *Marx's Capital*. 5.ed. Londres: Pluto Press, 2010.
- HELLER, A. *The Theory of Need in Marx*. Londres: Allison & Busby, 1976.
- ILYENKOV, E.V. *Dialectical Logic: Essays on Its History and Theory*. Moscou: Progress Publishers, 1977.
- . *The Dialectics of the Abstract and the Concrete in Marx's 'Capital'*. Moscou: Progress Publishers, 1982.
- KIELY, R. *Sociology and Development*. Londres: UCL Press, 1995.
- MARX, K. A Contribution to the Critique of Political Economy. *Collected Works*, v. 29, Londres: Lawrence and Wishart, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>, 1997.
- SAAD FILHO, A. *The Value of Marx: Political Economy for Contemporary Capitalism*. Londres: Routledge, 2002.
- SMITH, T. *The Logic of Marx's 'Capital', Reply to Hegelian Criticisms*. Albany: State of New York Press, 1990.
- THOMPSON, E.P. *The Poverty of Theory*. Londres: Merlin Press, 1978.
- WARREN, B. *Imperialism: Pioneer of Capitalism*. Londres: New Left Books, 1980.
- WOOD, E.M. Globalisation and the State: Where is the Power of Capital?. In: SAAD FILHO, A. (org.) *Anti-Capitalism: A Marxist Introduction*. Londres: Pluto Press, 2003.

